

Catherine Caufield

Masters of illusion

The World Bank and the poverty of nations

New York, Henry Holt, 1997, xii + 432p., US\$27,50 (encadernado).

H. N. Ray

The World Bank

A Third World view

Nova Délhi, Indus Publishing, 1996. 302p., Rs. 450 (encadernado).

Bater no Banco Mundial tornou-se um *hobby* importante. E o interessante é que muitos de seus praticantes mais conhecidos são mulheres: Teresa Hayter, Cheryl Payer, Frances Moore Lappé, Patricia Adams, Susan George, e agora a jornalista ambientalista Catherine Caufield. Talvez o comportamento do Banco, menos parecido com o de um governador colonial explorador e mais próximo daquele de uma governanta vitoriana extremamente preocupada, tenha ensejado essas críticas. *Masters of illusion*, o livro muito bem escrito de Catherine Caufield, nos conduz da descrição intensa da ruína do milionário sueco Ivar Kreuger, que se suicidou em 1932, através da história de muitos dos erros do Banco Mundial, às mais recentes atividades do seu atual e mais magnético presidente, James Wolfensohn.

As queixas da autora são numerosas. Muitos dos projetos lançados sob a bandeira da ajuda aos pobres tornou os ricos mais ricos. A crise da dívida resultou de credores gananciosos emprestando a tomadores pródigos. O Banco prefere regimes autoritários a democracias. Entre as principais acusações contra o Banco estão as suas violações contra o meio ambiente.

Erros ambientais

No âmbito do Plano de Desenvolvimento do Vale Narmada, o governo indiano estava para construir a represa Sardar Sarovar no rio Narmada. Caufield escreve que "ela tomaria a terra de pelo menos 320 mil pessoas, muitas delas indígenas ou populações tribais conhecidas na Índia como *adivasi*". (Um número mais correto seria um máximo de 225 mil pessoas.) Uma avaliação independente do impacto ambiental do projeto encomendada pelo Banco em 1991 concluiu que provavelmente ocorreriam assoreamento e salinização, o que destruiria uma das regiões mais lucrativas de pesca da Índia, e que somente metade da água prometida para a irrigação seria entregue. E também observou que as partes já construídas do projeto tinham se transformado em área ideal para a reprodução do mosquito transmissor da malária. O Banco retirou-se do projeto em 1992.

Existem depois os projetos de transmigração do Banco, objetos de críticas veementes. Aquele indonésio ignorou os fatos de que os solos das ilhas externas eram pobres; de que as ilhas já eram habitadas por povos tribais; e que limpeza do terreno em grande escala devastaria o solo das ilhas, o suprimento de água e a vida selvagem.

Ao discutir a dominância do PIB no pensamento do Banco e a negligência pelo meio ambiente, Caufield cita com aprovação um ex-economista do Banco, Herman Daly: "Não traz qualquer vantagem o fato de se ter milhares de engenheiros altamente especializados em petróleo quando não se tem petróleo". Mas bons tecnólogos sugeriram no passado, e

continuarão a fazê-lo no futuro, substitutos para o petróleo, como a energia do sol, dos ventos, das marés ou da fusão nuclear. O capital humano é substituível pelo capital natural. A questão que ninguém levantou é que o limite último talvez seja o tempo — porque leva tempo para melhorar o nível da educação e para adquirir, absorver e aplicar o conjunto resultante de conhecimentos.

Serviço da dívida

Caufield escreve que "as centenas de bilhões de dólares que os países em desenvolvimento tomaram emprestado do exterior a cada ano são mais que canceladas pelas centenas de bilhões que eles mandam de volta pelo serviço da dívida". Essa afirmação indica que ela não entende bem o propósito do empréstimo. Só faz sentido contrair dívida quando os retornos do empréstimo (privados e sociais) são maiores do que os juros pagos, e as amortizações mais elevadas dos países em desenvolvimento são feitas a partir de rendas e produção mais elevadas, pois de outra maneira não seriam possíveis. Mas é verdade que a transferência de dinheiro por meio de divisas e o aumento da receita pública para pagar empréstimos externos podem apresentar problemas adicionais para alguns países em desenvolvimento que um tomador interno não enfrentaria.

Ela se pergunta: "Faz sentido um país tomar dinheiro emprestado do exterior para financiar os seus esforços de melhorar a moradia, a educação, a saúde ou o controle populacional? Produzirão esses investimentos, por desejáveis que sejam, dinheiro suficiente... para amortizar o seu custo?" É estranho que nem a autora nem o Banco jamais questionem a produção de cerveja, automóveis ou aparelhos de TV com base em sua produtividade. Como são bens de consumo voltados para o "consumidor soberano", eles não precisam de maiores explicações — constituem o objetivo final da produção. Mas a educação e a saúde, que são no mínimo tão importantes e valiosos quanto a cerveja e os automóveis, sempre parecem necessitar de justificativa com base na produtividade.

Fechando o hiato

A autora afirma repetidamente que o hiato entre ricos e pobres se alargou. Ela escreve que "o mundo em desenvolvimento está ficando cada vez mais pobre em relação aos países ricos" e que "o hiato entre ricos e pobres continua a se ampliar". Nem tanto. Pode-se perguntar se alguém se incomoda com o fato de que os países ricos cresçam mais rapidamente desde que os países pobres desfrutem de uma taxa adequada de crescimento, sobretudo, mas não apenas, quando a taxa mais elevada de crescimento dos ricos é parcialmente responsável pela taxa moderada de crescimento dos pobres. Mas o hiato relativo entre países pobres e ricos não se ampliou (embora o hiato absoluto deva se ampliar durante algum tempo devido ao fato de a diferença inicial ser grande). As taxas de crescimento do PIB *per capita* nos períodos 1965-80 e 1980-93 foram de 4,6 e 4,%, respectivamente, no mundo em desenvolvimento, e de 3,9 e 1,6%, respectivamente, no mundo desenvolvido. O Leste e o Sudeste asiáticos (exclusive a China) cresceram anualmente em 3,7%, e a China em 5,7% entre 1965 e 1989. Conquanto os anos 80 tenham sido na verdade de retrocesso para a África e a América Latina, a pobreza foi reduzida nos grandes países do Leste, do Sul e do Sudeste da Ásia. (Na China, por exemplo, a renda *per capita* cresceu em quase 8% ao ano durante este período.) A média do crescimento anual *per capita* foi maior entre 1980 e 1989 do que entre 1965 e 1980: 3,2% contra 2,4%. A percentagem da população mundial cujos países gozaram de uma taxa de crescimento de mais de 5% cresceu de 10,6% no início do período para 33,2% em seu final.

O Banco Mundial é a melhor instituição do mundo quanto à proporção de seus empréstimos que vão para os países mais pobres — muito melhor sob este aspecto do que muitos programas de ajuda bilateral. O problema na década de 80 foi que houve polarização: a proporção de pessoas cujos países experimentaram taxas médias de crescimento anuais abaixo de 1% também cresceu. Na América Latina e no Caribe, e particularmente na África, muitas pessoas sofreram com o declínio de renda. Mas a maioria viu a sua sorte melhorar em termos de renda real *per capita* (que aumentou, na média, de US\$950 em 1960 para US\$2.170 em 1990), e um número cada vez maior de pessoas passou a se beneficiar do aumento na expectativa de vida, da diminuição da mortalidade infantil e de uma disponibilidade mais ampla e de melhoria na qualidade da educação. De acordo com o *Human Development Report* de 1993, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a expectativa de vida nos países de renda baixa e média era de 46 anos em 1960 e foi de 63 anos em 1990; a mortalidade infantil era de 149 por mil nascimentos vivos e foi de 71 por mil nascimentos vivos; e a taxa de alfabetização adulta era de 46% e foi de 65%.

Muitos dos países bem-sucedidos receberam empréstimos e créditos maciços do Banco Mundial. Caufield narra histórias impressionantes de desastres e fracassos, mas nenhum dos grandes sucessos. Ela termina o seu livro citando o conhecido epigrama de que desenvolvimento “é assunto de pessoas pobres em países ricos dando dinheiro a pessoas ricas em países pobres”.

A visão de alguém de dentro

H. N. Ray foi um dos diretores executivos do Banco Mundial de 1980 a 1985 e membro do serviço público indiano. Diferentemente de Caufield, que é jornalista, ele é um *insider*; e diferentemente da narrativa de Caufield, que é de fácil leitura, o seu estilo é um tanto pesado. Ao contrário da completa ausência de análise do livro de Caufield, o de Ray — embora dedique muito espaço à descrição — fornece argumentação. Caufield afirma, Ray raciocina. Os dois autores discutem o projeto de Sardar Sarovar, mas Ray afirma que “as massas pobres dos países em desenvolvimento são as que mais sofrerão com a retirada do Banco de projetos de múltiplas finalidades”. Ele é contrário a se ceder às pressões dos ambientalistas, cujas políticas, em sua opinião, acabam prejudicando os pobres. Do seu ponto de vista, o Banco não apenas justificou plenamente a sua existência e tem “tido um sucesso sem qualificação”, como o seu capital deve ser substancialmente aumentado. Sempre que trata de algum conflito, a sua recomendação é a do “correto equilíbrio”.

Descentralizando o Banco

Surpreende, porém, que Ray, que se esforça para apresentar a visão do Terceiro Mundo, não discuta a necessidade de o Banco se descentralizar e permitir às suas missões residentes, de preferência reorganizadas em nível sub-regional, que tenham mais influência. Ele endossa apenas a recomendação do Relatório Wapenhans de 1992 (um estudo interno do Banco de desempenho de projetos, que foi presidido pelo ex-vice-presidente do Banco Willi Wapenhans) de fazer um uso maior das missões residentes para supervisionar a implementação de projetos e assessorar em modificações. Não menciona a necessidade mais controversa, sobretudo na África, de que o Banco gerencie alguns dos projetos que ajuda a financiar, em vez de se retirar depois que a construção está acabada, que é quando, a meu ver, o comprometimento pleno do Banco se torna mais importante.

É certo que o Banco é centralizado demais. Apenas um décimo do seu pessoal hoje se localiza em países de baixa renda. Quando no passado o Banco falou em descentralização, ele queria dizer descentralização da organização em Washington. Mas a Corporação de Desenvolvimento da Comunidade do Reino Unido só começou a ser uma agência

efetiva de desenvolvimento, sob a direção de Lord Reith, quando descentralizou as suas atividades para os escritórios regionais (não nacionais), que produziam propostas de projetos e as submetiam à sede em Londres. Quando os membros da equipe da agência vivem no país receptor, têm contato diário com as pessoas locais e dialogam com as autoridades, as decisões que eles tomam sobre projetos tendem a refletir mais de perto as realidades sociais e políticas, além daquelas econômicas e de engenharia. Essa situação pode ainda ajudar a reduzir a acrimônia tantas vezes criada pela condicionalidade ligada aos empréstimos. Felizmente, parece que a política atual do Banco é no sentido de descentralizar pessoal e visar a um aumento substancial na proporção daqueles que vivem e trabalham no campo.

Gestão de projetos

A outra omissão do livro de Ray é mais controversa. Aplica-se sobretudo aos países de baixa renda da África. Sabemos que existem mais peritos estrangeiros na África de hoje do que nos tempos coloniais. Não obstante, o seu impacto sobre o desenvolvimento autodependente é pequeno, se não negativo. Aqui, uma vez mais, o Banco deveria aprender a lição da Corporação de Desenvolvimento da Comunidade, que é única no sentido de que não apenas empresta para financiar projetos, mas também os gerencia inicialmente, com o mandato de treinar o pessoal local e entregar-lhe o projeto quando ele estiver pronto. O compromisso do gestor, no final das contas, é muito mais forte do que o de um assessor desprendido. É possível que surja a acusação de neocolonialismo contra a utilização desses gestores estrangeiros, mas uma instituição genuinamente multilateral, com uma equipe que assume plenamente os interesses do país anfitrião, pode sair ileso dessas suspeitas.

Voltando à gestão do próprio Grupo do Banco (inclusive da Corporação Financeira Internacional e da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos), há muito se sente a necessidade de uma maior abertura e transparência, menos segredo e maior responsabilização. Se os governos-membros impusessem isso como condição e exigissem metas de desempenho, eles estariam apenas praticando o que o Banco e o Fundo vêm dizendo a seus tomadores há anos: a condicionalidade é bom para todos.

Paul Streeten

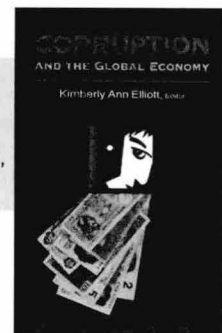
Kimberly Ann Elliott (org.)

Corruption and the global economy

Washington, Institute for International Economics, 1997. xiv + 244p., US\$20,00 (brochura).

A corrupção está em voga nos nossos dias. O mesmo acontece com o seu estudo, que, combinado com as muitas interpretações e as formas dispartadas de malefício que a corrupção engloba, resultou na explosão de escritos, sob as mais variadas perspectivas, que tratam do assunto.

As opiniões de diferentes analistas sobre o valor de diversas abordagens no combate à corrupção variam amplamente. Muitas dessas opiniões aparecem neste livro conciso, *Corruption and the global economy*, que é o resultado de uma



conferência sobre a corrupção patrocinada pelo Instituto para Finanças Internacionais em abril de 1996. Os assuntos são apresentados por teóricos, economistas, advogados e até mesmo um detetive bem informado (Jules Kroll).

A introdução é seguida de um capítulo muito bem escrito por Patrick Glynn, Stephen J. Kobrin e Moisés Naím sobre a globalização da corrupção. A síntese das iniciativas globais de combate à corrupção que ele fornece é útil, embora o número de referências a este tema nos capítulos subsequentes pareça excessivo. As histórias de corrupção que o capítulo inclui nos países industrializados traz à tona a questão potencialmente sensível do Norte-Sul. É mais que oportuna a sua discussão das armadilhas e oportunidades trazidas pela explosão da magia tecnológica nas finanças internacionais — permitindo que os participantes movimentem milhões com um único clique do *mouse*. E o seu relato do papel do ex-secretário de Estado norte-americano Warren Christopher estimulando a criminalização por parte dos países da OCDE do suborno internacional é revelador — no mínimo, por sugerir que, em um campo povoado de céticos e pessimistas, a determinação de uma pessoa pode fazer a diferença.

Outra história notável é a do Grupo de Trabalho da OCDE sobre Corrupção nas Transações Comerciais Internacionais, presidido pelo funcionário suíço de alto nível Mark Pieth, e como, em seguida à revisão legislativa solicitada por esse grupo, o governo do Reino Unido desenterrou a Lei de Prevenção da Corrupção de 1906, há muito esquecida, que oferece estreitos paralelismos com a tão falada Lei de Corrupção Estrangeira Americana de 1977. Essa descoberta contestou a noção de que o estímulo da OCDE para a criminalização era apenas um exercício norte-americano no campo da extraterritorialidade.

Todavia, de maneira mais ampla, o fato de que o capítulo sobre a globalização abre essa coletânea levanta uma questão fundamental sobre a essência do desafio da corrupção. A maior parte do livro vê a corrupção como um problema de comércio e investimento internacionais, sendo o suborno internacional uma preocupação primária. Além do enfoque nas iniciativas internacionais na introdução e nos capítulos primeiro e de conclusão, existem as contribuições de Mark Pieth sobre os esforços da OCDE, de Fritz F. Heimann sobre as iniciativas da Câmara Internacional de Comércio e sobre programas de compatibilização, e de

Alan Larson sobre a perspectiva dos EUA em matéria de corrupção internacional. Embora cada contribuição tenha méritos individuais significativos — e a leitura de algumas seja fascinante —, no todo elas sofrem de uma falácia de composição. Na verdade, dois comentários, de Dani Rodrik e Vito Tanzi, questionam a premissa de que a corrupção deve ser vista primariamente pelo prisma do comércio e do investimento internacionais, ao mesmo tempo em que sugerem que a corrupção deve ser tratada mais como um desafio do desenvolvimento.

A bem da verdade, os aspectos interno e desenvolvimentista da corrupção não estão ausentes neste livro. É confortante ler o relato do então Inspetor Geral de Uganda, Augustine Ruzindana, das iniciativas específicas anticorrupção (em que ele teve um papel de liderança). Ele encaixa admiravelmente essas ações institucionais no contexto bem mais amplo das reformas política, econômica e administrativa que ainda estão em andamento em seu país. O capítulo de Susan Rose-Ackerman, pioneira no estudo acadêmico da corrupção, apresenta os incentivos para o envolvimento na corrupção e discute as consequências econômicas da corrupção de maneira rigorosamente analítica, enquanto Paolo Mauro apresenta as suas conclusões empíricas sobre o dano que a corrupção faz ao desenvolvimento (ver o seu artigo Corrupção: causas, consequências e a agenda de novas pesquisas, neste número).

Michael Johnston concentra-se nas fontes políticas e nos efeitos dos diferentes tipos de corrupção, e analisa com lucidez os desequilíbrios sociais e políticos que surgem das diferentes tipologias da corrupção, distinguindo entre oportunidades políticas e econômicas e enfatizando o papel das elites nas diferentes sociedades. Ele sugere várias estratégias para se lidar com a corrupção em diferentes regimes políticos, inclusive maneiras como as reformas democráticas podem ter influências positivas.

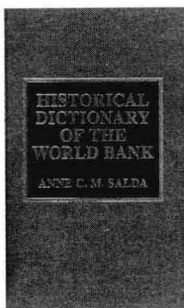
O capítulo substancial de conclusão do livro, de autoria de Elliott, enfatiza os aspectos de políticas internacionais e oferece uma longa lista de recomendações, inclusive exortações às instituições financeiras internacionais para se empenharem mais a fundo neste campo. Existe ainda uma apresentação de correlatos empíricos com a corrupção, que pode ter sido incluída para compensar a reticência dos capítulos anteriores (o de Mauro é uma exceção) a fazer uso sistemático de dados.

Embora contenha os pontos fortes e fracos comuns às coletâneas de artigos, este livro é de leitura obrigatória para todos os que se interessam pela corrupção. Ele trata da maioria das questões do primeiro estágio levantadas na nova era anticorrupção. O primeiro estágio, que engloba o aumento da conscientização e a mobilização inicial do apoio internacional e da sociedade civil, tem tido sucesso e já está cedendo espaço ao segundo estágio — aquele de ação concertada. Todavia, muitas questões de economia política, de ordem institucional e de implementação ainda precisam ser tratadas, e é necessário identificar áreas de prioridade para aprofundar o trabalho e o acompanhamento. Na verdade, a solução das questões mais concretas do segundo estágio exigirá abordagens inovadoras e analiticamente sólidas, incorporando o uso mais extenso de dados, bem como o desenvolvimento de estruturas conceituais que permitam a análise da corrupção dentro de países específicos e o desenho de programas de reformas feitos sob medida para as suas necessidades. Por exemplo, uma compreensão mais profunda da política da corrupção sistêmica em determinados países provavelmente levará a diferentes (e por vezes contrárias à intuição) recomendações de reforma, em comparação com os países onde a corrupção é difundida mas não endêmica.

A resolução recente da OCDE estimulando a criminalização do suborno internacional é um feito notável, e indubitavelmente a sua implementação pelos países-membros da OCDE merecerá a mais alta prioridade no futuro próximo. Iniciativas por parte das instituições financeiras internacionais também são importantes. Em última instância, porém, os ataques à corrupção terão de ser feitos dentro dos países afetados por seus próprios líderes e cidadãos. Na maioria dos países em que a necessidade de se combater a corrupção é absoluta, o trabalho ou está apenas começando ou ainda não teve início.

Daniel Kaufmann





Anne C. M. Salda

Historical dictionary of the World Bank

Lanham, Maryland, Scarecrow Press. xxiv + 281p., US\$68,00 (encadernado).

Como é possível comprimir, em 350 páginas impressas, mais de 50 anos de história pessoal, política, institucional e de elaboração de políticas de uma organização tão complexa e diversa quanto o Banco Mundial? Edward S. Mason e Robert E. Asher (*The World Bank since Bretton Woods*, publicado pela Brookings Institution em 1973) precisaram de 942 páginas, e cobriram apenas 25 anos. A história recente de Devesh Kapur, John P. Lewis e Richard Webb (*The World Bank: its first half century*, publicado pela Brookings em 1997) se estende por quase 2.100 páginas em dois volumes, que pesam quase quatro quilos.

O volume que está sendo resenhado é claramente muito mais modesto em sua abrangência e ambição (e peso) do que aqueles, mas nem por isso é menos valioso. Ele merece um lugar permanente em qualquer estante de obras sobre o Banco Mundial. Gostaria de tê-lo tido à minha disposição durante a minha carreira de editor do Banco, quando de vez em quando era convocado para me dirigir a grupos de vários tipos sobre o crescimento e o desenvolvimento da instituição. Resumos das políticas do Banco por país e setor, breves histórias das relações com os países e explicações das complexidades organizacionais e

burocráticas e das afinidades eram naquela época surpreendentemente difíceis de encontrar. Anne Salda, que trabalhou durante mais de 20 anos na biblioteca conjunta do Banco Mundial-FMI, produziu uma obra de referência clara e abrangente — e merece a nossa gratidão.

Ela inicia com uma cronologia útil e uma introdução de 23 páginas, que é um modelo de lucidez e concisão. Cada década passada ocupa uma página, e ainda sobra espaço para notas sobre a Corporação Financeira Internacional, a Associação Internacional do Desenvolvimento, o Centro Internacional de Resolução de Diferenças Relativas a Investimentos e a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos. O dicionário começa propriamente com AIDS e termina com *World Tables*. Entre os dois extremos, encontram-se breves biografias dos nove presidentes que a instituição teve, discussões sobre políticas setoriais (da agricultura à gestão da vida selvagem), agências relevantes das Nações Unidas e tentativas valorosas de explicar coisas misteriosas como *cláusulas de não-preferência de terceiros*.

A autora também não foge das controversias. Verbetes sobre governança, o projeto do rio Narmada (listado sob Sardar Sarovar) e Arun III (sob World Bank Inspection Panel), por exemplo, apresentam dicas judiciosas sobre a agitação que rodeia essas questões e esses projetos. Mas este é muito mais um livro de bibliotecária, cujo material foi em grande parte tirado, como Salda deixa perfeitamente claro em seus agradecimentos, das fontes "oficiais". A bibliografia ocupa quase um quinto do espaço, e pode-se perguntar se é realmente necessário, nessa época de recuperação eletrônica, listar tantos artigos de periódicos, estudos de países e documentos de discussão. O apêndice estatístico, confinado que é a subseções

do capital acionário do Banco, à habilitação dos países a empréstimos e aos totais de empréstimos por setor para 1994 e 1995, é de uso limitado.

O livro é mais forte em processo do que em políticas, em organização do que em análise. A reorganização do presidente Barber Conable de 1987, por exemplo, é mencionada sem uma palavra sequer sobre a razão por que foi feita — a recusa dos principais acionistas de apoiar o primeiro orçamento que Conable apresentou à Diretoria Executiva.

O papel e as funções do Departamento de Avaliação de Operações (OED) são admiravelmente descritos, mas não se discute a tendência de suas conclusões ao longo do tempo. Não se apresenta a vinculação entre as conclusões do OED e a ênfase crescente, a partir da presidência Lewis Preston, sobre a implementação e efetividade.

Além dos nove presidentes, outras personalidades ganham breves resenhas biográficas. Lord Keynes é uma delas, como era de se esperar, e Harry Dexter White, mas os únicos funcionários do Banco a serem incluídos são Aron Broches, Robert Garner, Eugene Rotberg, Ernest Stern e Willi Wapenhans. A ausência de um verbete para Moen Qureshi surpreende.

Não se pode aduzir falta de espaço como desculpa. Os livros são normalmente impressos em múltiplos de 16 páginas. Como o conteúdo deste livro é de 305 páginas, o editor deixou 15 páginas em branco no final — úteis para anotações, e nada mais.

É certo que alguns elementos do livro poderiam ter tido um tratamento melhor, mas ainda assim ele é provavelmente o manual mais útil que existe sobre o assunto, o que justifica os nossos agradecimentos.

James Feather

AFRICA AND THE AMERICAN PRIVATE SECTOR: CORPORATE PERSPECTIVES ON A GROWING RELATIONSHIP

Africa and the American Private Sector

Corporate Perspectives on a Growing Relationship



In April 1997, the CORPORATE COUNCIL ON AFRICA hosted the *Attracting Capital to Africa* Summit in Chantilly, Virginia. This historic Summit brought together over 700 American and African participants including Heads of State, Ministers, American corporate leaders and key policy decision makers from both sides of the Atlantic Ocean. Never before has there been a Summit of this magnitude in the United States targeted on strengthening the commercial relationships between the U.S. and Africa.

To order, please write or call:

CORPORATE COUNCIL ON AFRICA

1660 L Street, N.W.—Suite 301, Washington, D.C.20036 • Telephone: (202) 835-1115 • Fax: (202) 835-1117

Twenty workshop papers, authored by international experts, offer an honest perspective and robust analysis of the issues confronting the African marketplace. Topics range from transportation technologies, to nuances in financing investment growth, to transitions in the countries of Angola and Nigeria.

This volume of *Africa and the American Private Sector: Corporate Perspectives on a Growing Relationship* captures the Summit's conclusion that many African states are emerging from the economic wilderness and merit a closer look.

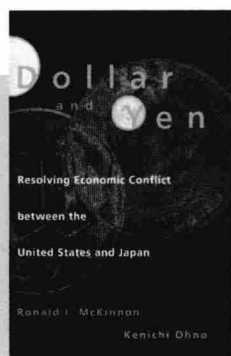
Price: \$24.95. Shipping: \$3.50 in the United States; international orders additional

Ronald I. McKinnon e
Kenichi Ohno

Dollar and yen

Resolving economic conflict between the United States and Japan

Cambridge, Massachusetts, MIT
Press, 1997. x + 266p., US\$39,50
(encadernado).



a maior parte do mesmo período. McKinnon e Ohno argumentam que os déficits em conta corrente norte-americanos são um reflexo da propensão daquela nação a investir mais do que poupar, não reagindo de maneira muito intensa a mudanças cambiais. O capítulo 7 é uma crítica incisiva da justificação teórica e das estimativas empíricas da abordagem das elasticidades à balança comercial, que os autores

acreditam tenha sido aplicada erroneamente na forma da proposição de que a desvalorização monetária, arquitetada de alguma forma, pode melhorar a balança comercial.

Os autores de *Dollar and yen* argumentam que a política do que eles chamam de “síndrome do iene cada vez mais alto” — baseada na abordagem das elasticidades — bloqueou os dois países em uma posição distintamente abaixo do ideal. Os autores defendem que, ao longo do tempo a taxa de câmbio reverte ao seu nível de paridade de poder aquisitivo (PPA). Quando se usa a taxa *nominal* como ferramenta de política, a taxa de câmbio força os níveis dos preços nacionais a se ajustarem para restaurar a PPA. Mas a economia norte-americana é ainda uma economia relativamente fechada e, como tal, os preços norte-americanos não reagem muito a mudanças na taxa de câmbio. Portanto, a economia japonesa suportou a maior parte do ajuste do preço relativo, que impôs um viés deflacionário à política monetária japonesa. A questão que surge naturalmente neste contexto é por que o Banco do Japão validou essa distorção deflacionária com o aperto da sua postura de políticas. McKinnon e Ohno respondem que o banco fez isso para evitar a cólera dos protecionistas americanos, embora durante os episódios de valorizações particularmente acentuadas do iene ele tipicamente tenha respondido com o afrouxamento.

Os autores argumentam que a síndrome do iene cada vez mais alto e o viés deflacionário associado da política monetária japonesa tiveram várias implicações importantes. Primeiro, os participantes do mercado — projetando que os superávits japoneses continuariam no futuro — chegaram a esperar que a pressão dos EUA sobre o iene reaparecesse periodicamente e conseqüentemente incorporaram essas expectativas na estrutura do prazo das taxas de juros. Dessa forma, as expectativas do mercado dessa síndrome fizeram as taxas norte-americanas de longo prazo exceder as taxas comparáveis japonesas entre 3 e 4 pontos percentuais desde o final da década de 70. Segundo, a política deflacionária forçou o Banco do Japão a iniciar uma deflação indesejada em meados dos anos 80.

McKinnon e Ohno vinculam as baixas japonesas de 1985/86 e 1993-95 à sua tese de que a política comercial norte-americana exerceu pressões injustificadas sobre o Banco do Japão para manter políticas extremamente restritivas em 1985 e 1993. A bolha dos ativos de 1986/87 representou a supercompensação do banco em outra direção, liberando a economia da queda anterior. O colapso da bolha dos ativos, argumentam McKinnon e Ohno, contribuiu para a crise do crédito e a queda cíclica de 1991/92 dos EUA.

Além de afirmar que as taxas de câmbio administradas imprimiram um viés deflacionário à política monetária japonesa, McKinnon e Ohno atribuem a desaceleração no crescimento econômico mundial na era da flutuação administrada, parente daquela que se observou sob o regime de Bretton Woods, ao que eles percebem como um excesso de volatilidade, desalinhamento e deriva no longo prazo inerentes às taxas de câmbio flutuantes. A solução que eles prescrevem é a adoção de zonas de referência (com faixas de $\pm 5\%$) para o dólar norte-americano e o iene, e para o marco alemão (ou o euro). Diferentemente da proposta de zona de referência de John Williamson, que visa a estabilizar as taxas de câmbio reais por meio de freqüentes ajustes das taxas de câmbio nominais, McKinnon e Ohno propõem estabilizar permanentemente a taxa nominal por meio de intervenções neutralizantes (com algum ajuste das taxas de juros relativas). A taxa central se basearia na paridade de poder aquisitivo inicial que alinha os níveis dos preços no varejo. McKinnon e Ohno reconhecem que numerosas condições — e a ausência de ciclos econômicos assimétricos não é certamente a última — precisam ser mantidas sob controle para a sua proposta ser implementada com êxito. O capítulo 11, escrito no início de 1997, trata da recente desvalorização do iene frente ao dólar e pergunta se isso marca um afastamento sustentável da síndrome do iene cada vez mais alto. Os autores acham que não, mas os acontecimentos seguintes lançarão mais luz sobre a questão se as condições para a sua proposta de zonas de referência existem no mundo de hoje, altamente integrado, mas também rico em diversidade.

George S. Tavlas

Créditos:

Projeto da capa: Luisa Menjivar-Macdonald; fotos: Padraic Hughes, salvo a dos jatos, de Dan McCoy/Rainbow/via PNI, e a da fábrica, de Erica Lansner/Black Star/via PNI. Sumário (capa 2): artes (embaixo) de Lew Azzinaro, fotos (em cima) de Padraic Hughes e (embaixo) de Denio Zara. Artes das páginas 26 e 42: Lew Azzinaro; páginas 15 e 40-1: Luisa Menjivar-Macdonald; página 49: Massoudi Etemadi. Fotos das páginas 3, 7, 11, 34 e 46: Padraic Hughes; página 23: Charles Winters/Stock Boston/via PNI; página 38: Denio Zara.

Os anos 90 não foram bons para os defensores das taxas de câmbio administradas. Uma série de crises cambiais — a começar pelas moedas que participavam dos mecanismos cambiais do Sistema Monetário Europeu em 1992/93 e continuando com os ataques especulativos contra o peso mexicano em 1994/95 e as moedas do Leste asiático em 1997 e 1998 — jogou uma ducha de água fria sobre a noção de que os regimes de taxa de câmbio vinculada são sustentáveis em um mundo de grande mobilidade de capitais.

Um dos mais proeminentes defensores das taxas de câmbio administradas ao longo dos anos tem sido Ronald McKinnon, e neste livro provocativo ele e Kenichi Ohno ressuscitam a justificativa para as zonas de referência entre as moedas fundamentais no contexto das disputas comerciais pós-1973 entre os EUA e o Japão. A emergência dessas disputas comerciais coincidiu com a adoção das taxas flutuantes administradas entre as principais moedas, que se supunha facilitassem o ajuste da balança de pagamentos e reduzissem as pressões protecionistas. Como demonstrou a experiência de 25 anos pós-Bretton Woods, a flutuação administrada não produziu o que os seus defensores esperavam que produzisse. As taxas de câmbio se movimentaram sobretudo para equilibrar o mercado de ativos nos prazos curto e médio, e não para equilibrar os fluxos comerciais. Não obstante, persiste a opinião entre economistas e autoridades de que a taxa de câmbio pode ser manipulada para produzir ajuste nos fluxos comerciais. McKinnon e Ohno argumentam que essa idéia permeou a política comercial norte-americana com relação ao Japão na era pós-Bretton Woods, com conseqüências graves adversas para os dois países envolvidos. O seu livro é uma mistura exemplar de teoria relevante, análise empírica e prescrição de políticas.

De acordo com McKinnon e Ohno, a política comercial dos EUA contribuiu para uma valorização de 250% do iene frente ao dólar norte-americano do início dos anos 70 a 1994, mas a magnitude do déficit em conta corrente dos EUA em termos de dólares norte-americanos cresceu durante

Hiroiyuki Odagiri e Akira Goto

Technology and industrial development in Japan

Building capabilities by learning, innovation, and public policy

Oxford University Press, 1996, xiii + 309p.
US\$75,00 (encadernado)

O Japão foi a primeira economia não-ocidental a se industrializar. As grandes linhas da sua notável transição de uma sociedade agrícola pobre nos idos de 1850 para uma importante potência industrial por volta de 1970 são amplamente divulgadas. Menos conhecidos são os detalhes de como o Japão administrou a transição. O livro de Hiroiyuki Odagiri e Akira Goto preenche admiravelmente essa lacuna na literatura.

A tese principal dos autores é que o Japão teve êxito no desenvolvimento por ter sido particularmente adepto da importação de tecnologia do estrangeiro. Em seguida ao seu isolamento durante o período do xogunato de Tokugawa, e novamente depois da II Guerra Mundial, o país se encontrou atrasado em relação à tecnologia ocidental. Importando e adotando tecnologia dos EUA e da Europa, o Japão conseguiu alcançar taxas mais aceleradas de desenvolvimento do que qualquer outro país.

Importar as melhores práticas é mais fácil falar do que fazer. Odagiri e Goto argumentam que um país deve ter os

quatro ingredientes seguintes para efetivamente importar a tecnologia estrangeira. Primeiro, deve ter um quadro rico de talentos em engenharia. Segundo, deve ter disponibilidade de recursos para enviar delegações de engenheiros e técnicos ao exterior, contratar assessores técnicos estrangeiros e licenciar patentes estrangeiras. Terceiro, o país deve ter um grupo de empresários que saibam descobrir e tirar vantagem das oportunidades de lucro. Quarto, e mais controverso, uma companhia iniciada com tecnologia estrangeira deve ter uma chance razoável de atingir um nível elevado de rentabilidade — normalmente recebendo o monopólio de um ou mais produtos.

Surpreendentemente, como o Japão é muitas vezes mencionado por outros historiadores econômicos como um Estado em que o desenvolvimento conduzido pelo governo foi importante, Odagiri e Goto minimizam o papel do governo japonês no estímulo à importação de tecnologia. De acordo com os autores, foram as seguintes as principais contribuições do governo japonês. Primeiro, ele ajudou a negociar as condições da importação de tecnologia com as companhias estrangeiras. (A concorrência entre as empresas japonesas para obter tecnologia era tão intensa, que de outra maneira as taxas de *royalties* teriam subido à estratosfera.) Segundo, introduziu medidas de taxa preferencial para encorajar a importação de

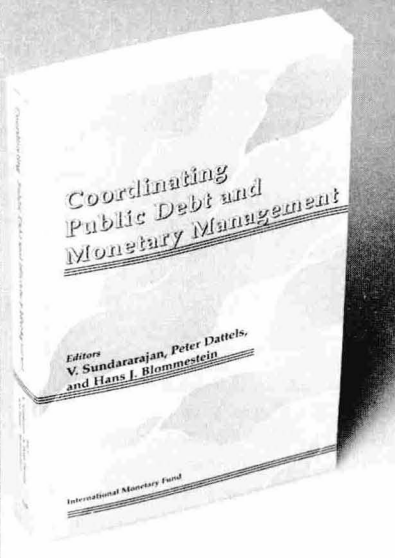
tecnologia. Terceiro, restringiu o acesso ao mercado de companhias estrangeiras por meios formais e informais — uma empresa interna com licença para usar tecnologia estrangeira enfrentava portanto pouca concorrência estrangeira e em geral conseguia lucros mais elevados (monopólio).

Os autores dedicam seis capítulos a estudos de caso das seguintes indústrias: têxteis, ferro e aço, equipamentos elétricos e de comunicação, automóveis, construção de navios e aviões, e produtos farmacêuticos. Esses capítulos são a melhor parte do livro. Neles aprendemos — para cada indústria — como a tecnologia relevante era importada, adotada e aperfeiçoada. Com exceção das indústrias aeronáutica e farmacêutica, o Japão conseguiu melhorar a tecnologia importada em quase todos esses setores.

Boa parte do que se escreve atualmente sobre o Japão parte do final da II Guerra Mundial. Não se deve esquecer, porém, que o Japão já tinha conseguido uma paridade tecnológica grosseira com o Ocidente antes do início da guerra. Este livro fornece o relato e a análise mais detalhados do desenvolvimento tecnológico japonês no século que se seguiu à restauração Meiji de 1868. Aprender sobre o desenvolvimento tecnológico do Japão é importante porque nos possibilita entender melhor não apenas a história econômica do país, mas também como ocorreu o seu desenvolvimento econômico.

Robert Dekle

NOVO do Fundo Monetário Internacional



Coordinating public debt and monetary management: institutional and operational arrangements

Organizado por V. Sundararajan, Peter Dattels e Hans J. Blommestein

Este livro examina as questões e práticas da coordenação da gestão da dívida monetária e pública, com base nas experiências das economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Enfatiza a importância da elaboração correta e da gestão dos acordos institucionais e operacionais, sobretudo nas economias que estão liberalizando os seus sistemas financeiros.

US\$27,00. Disponível em inglês. (brochura). ISBN 1-55775-555-8. xix + 419p. 1997.

INTERNATIONAL MONETARY FUND

Publications Services • Box FD-198 • 700 19th Street, N.W. • Washington, D.C. 20431 U.S.A.

Tel.: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201 • E-mail: publications@imf.org • Internet: <http://www.imf.org>

Os pedidos devem ser pagos antecipadamente. Aceitam-se os cartões de crédito American Express, MasterCard e Visa.

